

Heteronomia e a queda do fundamento da verdade na Pós-Modernidade ao se pensar religião e política

Ivanilton Aragão de Moura*

RESUMO

Tillich define heteronomia como uma lei externa às funções da razão, tentando determinar a partir de fora como a razão deveria apreender e configurar a realidade, ainda que se ressalte que esse “fora” representa ao mesmo tempo um elemento da própria razão em sua profundidade. O que este artigo pretende é, partindo do conceito de heteronomia aqui exposto, analisar algumas questões que envolvem a relação entre religião, verdade e política com o advento da pós-modernidade, tendo em vista o consenso de alguns autores em pensar o marco pós-moderno como algo estabelecido em Nietzsche, especificamente no momento em que o filósofo enxergou o auge da autonomia, concretizado na morte de Deus, anunciando a mudança de paradigma do divino, do absoluto e da verdade. Após a introdução do que se entende por razão, autonomia, heteronomia e teonomia em Tillich, num primeiro momento, o trabalho buscará reconstituir o contexto filosófico em que se dá a morte de Deus em Nietzsche, com a menção a Heidegger quando reflete sobre a queda da metafísica, abrindo caminho para a compreensão do conceito de Pensamento Fraco em Vattimo, exposto no segundo momento. No terceiro tópico, a Hermenêutica Radical de Caputo será examinada, considerando rapidamente a influência do ideal de desconstrução em sua elaboração. Por fim, teremos algumas questões e comentários sobre o modo problemático como a religião e a política se relacionam atualmente, enfatizando a argumentação que defende a relevância da leitura feita pelos autores mencionados para

* Graduado em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (DLEV-UFS) e em Filosofia pelo Claretiano Centro Universitário; Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Sergipe (PPGCR-UFS); Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES-DS. E-mail: ivandearagao@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3547703026097104>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4451-5677>

uma reflexão filosófica da religião na pós-modernidade, considerando toda complexidade do fenômeno religioso em sua atual apropriação política.

Palavras-chave: Religião; Heteronomia; Verdade; Pensamento Fraco; Hermenêutica Radical.

HETERONOMY AND THE FALL OF THE FOUNDATION OF TRUTH IN POST-MODERNITY WHEN THINKING ABOUT RELIGION AND POLITICS

ABSTRACT

Tillich defines heteronomy as a external law to the functions of reason, trying to determine from the outside how reason should apprehend and configure reality, although it is emphasized that this “outside” represents at the same time an element of reason itself in its depth. What this article intends is, starting from the concept of heteronomy exposed here, to analyze some questions that involve the relationship between religion, truth and politics with the advent of postmodernity, in view of the consensus of some authors in thinking of the postmodern framework as something established in Nietzsche, specifically at the moment when the philosopher saw the height of autonomy, materialized in the death of God, announcing the paradigm shift of the divine, the absolute and the truth. After introducing what is meant by reason, autonomy, heteronomy and theonomy in Tillich, at first, the text will seek to reconstitute the philosophical context in which the death of God takes place in Nietzsche, with the mention of Heidegger when he reflects on the fall of metaphysics, opening the way for the understanding of the concept of Weak Thought in Vattimo, exposed in the second moment. In the third topic, Caputo’s Radical Hermeneutics will be examined, briefly considering the influence of the ideal of deconstruction in its elaboration. Finally, we will have some questions and comments about the problematic way in which religion and politics are currently related, emphasizing the argument that defends the relevance of the reading made by the mentioned authors for a philosophical reflection on religion in post-modernity, considering all the complexity of the religious phenomenon in its current political appropriation.

Keywords: Religion; Heteronomy; Truth; Weak Thought; Radical Hermeneutics.

Introdução¹

A grande impressão que pairava nos círculos intelectuais do século XIX era a de um declínio inevitável da religião na sociedade, pois haveria de chegar o momento de uma humanidade, emancipada pela razão, tomar as rédeas da sua existência, abandonando todas as especulações metafísicas de outrora e sepultando de vez o poderio da igreja sobre a esfera pública. Não demorou muito para que essa pretensão de progresso humano ancorado numa pretensão de razão puramente técnica se mostrasse problemática diante das grandes guerras do século XX, que expuseram o modo como o alardeado avanço técnico da civilização poderia servir à mais pura barbárie. Nem essa razão alardeada se mostrou a nova salvadora da humanidade nem a religião se retirou completamente do cenário social. A história nos conduziu por um caminho íngreme em que a religião encontra, em pleno século XXI, o seu lugar no debate público, o seu lugar na manipulação de informações e na produção de uma onda fundamentalista que ainda reivindica a posse da verdade absoluta sobre a realidade humana, tudo isso enquanto a democracia é encurralada diante da possibilidade de termos arroubos despóticos apoiados pela vontade popular.

A verdade é muitas vezes relacionada com essa noção de correspondência direta com a realidade, como se a realidade da atuação humana fosse uma coisa dada e estabelecida, como se o humano diante desse mundo estivesse apenas com a tarefa de descobri-la, como um agente passivo diante do real que almeja e encontra pronto num mundo exterior. Paul Tillich (2019) se refere à razão, em sua acepção clássica vinculada a uma percepção ontológica, como a “estrutura da mente que capacita a compreender e configurar a realidade” (2019, p. 89). Ao descrever a razão em perspectiva ontológica, estabelece o contraste com o entendimento da chamada razão técnica, que privilegia apenas a noção de racionalidade em referência a nossa mera capacidade de raciocinar. Tillich percebeu ainda que o predomínio do racional técnico, quando isolado da compreensão ontológica de racionalidade, finda por

¹ Este artigo resulta da ampliação e atualização de uma comunicação de pesquisa apresentada no XIX Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, em outubro de 2022.

nos desumanizar e nos isolar de um entendimento da nossa condição participativa da realidade.

A razão se realiza na nossa capacidade de compreensão e configuração da realidade. “Transformamos a realidade de acordo com a nossa forma de vê-la e vemos a realidade de acordo com a nossa maneira de transformá-la. Apreender e configurar o mundo são interdependentes” (TILLICH, 2019, p. 90). Podemos dizer que toda apreensão do mundo se dá por uma via compreensiva, e a respeito da compreensão, Gadamer (1999) nos lembra que “compreender e interpretar são uma e a mesma coisa”, coisa que se dá na dimensão da linguagem, onde a interpretação nada mais é do que “a forma de realização da compreensão” (GADAMER, 1999, p. 566).

Para Tillich (2019, p. 92-93), o ser-em-si é essa substância que se manifesta na estrutura racional quando apreende e significa o mundo, algo que metaforicamente precede a própria razão, sendo a profundidade da razão expressa nesse elemento precedente. Sobre a noção de profundidade, ele nos diz:

A profundidade da razão é aquela característica da razão que explica duas funções da mente humana, o mito e o culto, cujo caráter racional não se pode afirmar nem negar, porque apresentam uma estrutura independente que não pode ser reduzida a outras funções da razão nem ser derivada de elementos psicológicos ou sociológicos pré-racionais. (TILLICH, 2019, p. 93)

É preciso ter em mente essa percepção acerca da profundidade da razão, a fim de que possamos compreender os conceitos de autonomia, heteronomia e teonomia. A autonomia aqui não se refere à capacidade de estabelecer uma lei para si mesmo, como talvez possa sugerir uma visão do *nomos* como lei e do *autos* como *self*. Trata-se da sujeição do indivíduo à lei da razão encontrada em sua própria condição de ser racional. “Portanto, a razão autônoma tenta permanecer livre de ‘impressões não apreendidas’ e de ‘impulsos não configurados’” (TILLICH, 2019, p. 97). A autonomia, quando nega qualquer estímulo alheio ao que a razão nos oferece em sua apreensão da realidade, provoca uma natural oposição à heteronomia, que se define como uma lei externa às funções da razão, tentando determinar a partir de fora como a razão deveria apreender e configurar a realidade, ainda que se ressalte que

esse “fora” representa ao mesmo tempo um elemento da própria razão em sua profundidade (TILLICH, 2019, p. 98).

Quando a autonomia renega o elemento contido na profundidade da razão, o elemento precedente ao racional, que nos revela metaforicamente a substância do ser-em-si, ela incorre no risco de criar um cenário social em que a razão técnica costuma prevalecer como medida de todas as coisas. Enquanto em cenários de uma heteronomia em vigor, existe o problema do estabelecimento de uma autoridade que se coloca como representante da razão, tendo como base para sua pretensão a ideia de que representa o fundamento do ser, numa busca por legitimação incondicional que resulta num ideal de verdade absoluta acerca de elementos da realidade. Vale lembrar que a própria definição tillichiana de religião se relaciona a esse elemento do ser-em-si na medida em que ele afirma que “o ser de Deus é o ser-em-si” (TILLICH, 2019, p. 242). Deus, por sua vez, “é o símbolo para o incondicional” (TILLICH, 1969, p. 79 – tradução nossa), de onde se estabelece que a religião se dá como uma orientação ao incondicional. Toda autoridade heterônoma acaba se vinculando à dimensão religiosa quando “se expressa em termos de mito e culto, porque essas são as expressões diretas e intencionais da profundidade da razão” (TILLICH, 2019, p. 98), sendo as ideias políticas aquelas que nem sempre se expressam em termos míticos ou rituais, mas que costumam igualmente almejar o poder sobre a mente, sobre a estrutura mental em que se define a dimensão racional em sua apreensão do real.

Tillich compreende a heteronomia como uma reação à autonomia quando esta perde a sua profundidade, enquanto a teonomia se define precisamente como a razão autônoma unida a sua própria profundidade (TILLICH, 2019, p. 98). Se durante a história humana os três estágios se revezaram, tivemos no século XVIII e XIX a predominância das formas autônomas amparadas pelo domínio da razão técnica, até que pouco a pouco a pós-modernidade parece ter trazido de volta ao mundo o fantasma da heteronomia através da ortodoxia e do fundamentalismo como potências perigosas ao ordenamento político.

Mas o que definiria esse período tido como pós-modernidade? Para Caputo (2013), a palavra que melhor define a virada pós-moderna é *hermenêutica*. A ideia de uma teoria da interpretação, contida na pala-

vra, seria a chave dessa mudança de paradigma na pós-modernidade, momento em que tais mudanças representam também uma nova proposição teórica para a verdade. O filósofo parte do princípio de que não existe coisa alguma alheia ao contexto em que se insere ou imune a um processo de “recontextualização” (2013, p. 124-127). As interpretações surgem entre as contextualizações e as recontextualizações de um evento.

O que este artigo pretende é, partindo do conceito de heteronomia aqui exposto, analisar algumas questões que envolvem a relação entre religião, verdade e política com o advento da pós-modernidade, tendo em vista o seu marco estabelecido em Nietzsche, especificamente no momento em que o filósofo enxergou o auge da autonomia, concretizado na morte de Deus, anunciando a mudança de paradigma do divino, do absoluto e da verdade. Tillich nos direciona para a compreensão da dimensão religiosa, Vattimo nos leva a refletir melhor sobre o que está sendo abandonado na modernidade diante daquilo que vem ocupando esse espaço vago (através da relação entre pensamento forte e pensamento fraco) e Caputo nos ajuda a compreender a questão hermenêutica em seus vários desdobramentos. Em todos, é possível perceber a verdade permanecendo como elemento importante da análise empreendida.

Num primeiro momento do texto, a problemática da investigação buscará reconstituir o contexto filosófico em que se dá a morte de Deus em Nietzsche, com a menção a Heidegger quando reflete sobre a queda da metafísica, abrindo caminho para a compreensão do conceito de Pensamento Fraco em Vattimo, exposto no segundo momento. No terceiro tópico, a Hermenêutica Radical de Caputo será examinada, considerando brevemente a presença do ideal de desconstrução em sua elaboração. Por fim, teremos algumas questões e comentários sobre o modo como a religião é encarada sob o ponto de vista dos três autores centrais do trabalho, além da argumentação que defende a relevância dessa leitura aqui sintetizada para uma reflexão filosófica da religião na pós-modernidade.

O anúncio nietzschiano

Para o recorte pretendido aqui, no afã de tecer uma breve reflexão sobre a religião na pós-modernidade, considerando o Pensamento Fraco

de Vattimo e a Hermenêutica Radical de Caputo, é preciso reconstituir, ainda que rapidamente, um dos acontecimentos filosóficos mais marcantes do final do século XIX, o anúncio nietzschiano da morte de Deus e suas consequências. Para os dois autores, a obra de Nietzsche é importante no desenvolvimento de suas percepções sobre os desdobramentos da religião na contemporaneidade. Eis o trecho mais emblemático do filósofo alemão:

Também os deuses apodrecem! Deus está morto! Deus continua morto! E nós o matamos! Como nos consolar, a nós, assassinos entre os assassinos? O mais forte e mais sagrado que o mundo até então possuía sangrou inteiro sob os nossos punhais – quem nos limpará este sangue? (NIETZSCHE, 2012, p. 138)

Vattimo (1996) considera a morte de Deus em Nietzsche como o marco do que se entende como pós-modernidade, ou ao menos o anúncio da crise da modernidade diante da efusão crítica aos seus valores fundamentais. Caputo (2018) complementa tal perspectiva quando, em seu diálogo com Vattimo, ressalta a ocorrência de uma paradoxal postura de crença e descrença simultânea no sujeito pós-moderno². A complexidade subjetiva que se origina naqueles que convivem num mundo pós-morte de Deus resulta não no desaparecimento da crença, mas na convivência pacífica com os discursos de fé lado a lado com os discursos da ciência, que nos últimos séculos tomaram o poder das narrativas de verdade sobre o mundo.

Diante da ausência de um sentido metafísico para a existência humana ou, mais precisamente, diante da ausência de uma infalibilidade associada ao discurso mitológico do cristianismo, o humano moldado pelo pensamento ocidental eurocêntrico perdeu a noção de fundamento e profundidade da vida, ao mesmo tempo em que teve de conviver com as respostas oriundas da ciência para questões outrora sob a tutela da religião. Sabemos que o anúncio nietzschiano não produz a quebra de paradigma, ele anuncia a ruína em curso do

² “They believe and they don’t believe; they disbelieve and they don’t disbelieve. That is an exquisitely postmodern disposition, an undecidability that cannot be reduced to a simple indecision or confusion: it is picking up on something out there, in the world, something that demands interpretation” (CAPUTO, 2018, p. 276).

paradigma de absoluto sob o nome de Deus no contexto da sociedade europeia em que vivia o filósofo.

Eagleton (2018), em seu livro *A Morte de Deus na Cultura*, afirma que Nietzsche reconhece a associação entre o conceito de Deus e a ideia de um sentido inato para as coisas, concluindo que “enquanto houver aparentemente algum sentido imanente às coisas, sempre poderemos indagar quanto a suas origens” (2018, p. 144), de maneira que na busca do sentido originário esbarramos na confecção de um sentido transcendente representado por Deus. Eagleton ressalta que o filósofo alemão reconhece a necessidade de se livrar desse sentido inato para que se possa se livrar de Deus. Se o divino exercia a função de elemento legitimador de um fundamento inquestionável da moral, agora as modernas sociedades seculares “descartaram Deus, mas consideram moral e politicamente conveniente – e até imperativo – comportar-se como se não o tivessem feito” (EAGLETON, 2018, p. 146). Na certeza de que Deus é um elemento ideológico politicamente imprescindível para a manipulação das massas, as sociedades ocidentais prezam pela sua manutenção, ainda que na atuação cotidiana a sua sobrenaturalidade seja cada vez mais obsoleta e de pouca valia para o sujeito moderno ou pós-moderno, como um defunto simbólico insepulto ao redor do qual se mantém os rituais mais arcaicos.

Existe um claro contraste entre a perspectiva de Eagleton, em sua ênfase na instrumentalização de Deus como ferramenta de manipulação, e a perspectiva de Tillich, que consegue perceber Deus enquanto um símbolo que abriga em sua manifestação um aceno à dimensão ontológica. Nietzsche rejeita o absoluto como uma sombra nociva, talvez exaltando ou idealizando uma autonomia dissociada desse elemento divino, como algo desejável para o seu super-homem que encara a ausência de sentido absoluto da existência como uma oportunidade de criação consciente de um sentido particular. Tillich, por outro lado, acredita que é preciso manter o incondicional e o sentido de profundidade da vida e da razão sob o risco da desumanização do ser humano nos conduzir ao extremo da heteronomia. Neste ponto, Tillich parece ter previsto melhor os desdobramentos dos séculos XX e XXI, percebendo desde o início do século XX a visível perda de profundidade no encontro com a realidade (TILLICH, 2009, p. 84). “Deus tornou-se supérfluo e nos

tornamos mestres do universo” (TILLICH, 2009, p. 85). Ainda em sua constatação da perda de profundidade que se evidenciou com a ascensão do humano sobre o divino, ele nos diz:

Achamos que somos mestres do mundo e de nós mesmos. Mas, na verdade, fazemos parte da realidade que criamos, objetos entre objetos, coisas entre coisas, parte da engrenagem da máquina universal à qual devemos nos adaptar para que ela não nos esmague. Essa adaptação nos transforma em meios para fins que também, por sua vez, são meios, sem finalidade alguma. Resultam daí experiências de vazio e falta de sentido, de desumanização e alienação. Não mais achamos sentido na realidade que, em suas formas e estruturas, nada nos diz. (TILLICH, 2009, p. 87)

Nas palavras do próprio Nietzsche, “a moral, na medida em que condena em si, não por atenções, considerações, intenções da vida, é um erro específico do qual não se deve ter compaixão, uma idiossincrasia de degenerados que causou dano incomensurável!” (NIETZSCHE, 2017, p. 31). É justamente na moral, um dos alvos da crítica nietzschiana, que ainda temos reservado um espaço útil para a manipulação do conceito de Deus. O conceito de Deus, comumente entrelaçado ao conceito de verdade, visa legitimar com sua veracidade as diversas práticas sociais aceitas sob o bojo da moralidade. Afinal de contas, na perspectiva de um senso comum, só poderíamos acatar uma ordem definidora de nossa vida se tivéssemos a certeza de uma verdade por trás desse imperativo comportamental. É a aceção primária de verdade como categoria de sentido inquestionável mediante uma comprovação observável que nos impele à obediência ao outro e à renúncia de nós mesmos, de nossas próprias inclinações. O que se mantém problemática é a crença na natureza indiscutível do que se pretende verdade e principalmente as instituições sociais ou sujeitos que se apoderam do discurso de verdade com intuito de direcionar as vontades e ditar a apreensão da realidade pelo viés de suas narrativas.

Toda essa discussão em torno da verdade pode, por um instante, conduzir à lembrança do pensamento de Górgias, quando Dinucci (2017, p. 32-33) nos diz que, para o sofista, o mundo não dispõe de um ponto de apoio para a afirmação de um conhecimento objetivamente verdadeiro. Numa argumentação em que o nada é considerado, ainda que algo existisse, esbarraria na impossibilidade de ser pensado, e mesmo que

pudéssemos pensá-lo, estaríamos diante da impossibilidade de comunicá-lo verdadeiramente, posto que não temos os meios para “captarmos o suposto ser das coisas” (DINUCCI, 2017, p. 32). Se nossos discursos não possuem uma base irrefutável ou uma verdade legitimadora na qual se apoiar, quando o objetivo é justificar nossas ações, resta-nos apenas a nossa capacidade de persuasão (DINUCCI, 2017, p. 33).

Vattimo (2016, p. 8) chama a atenção para o ocaso da ideia de verdade objetiva na filosofia e na epistemologia, sem ignorar o fato de que, na mentalidade comum, a verdade ainda permanece intocada em sua vinculação com o sentido de uma descrição objetiva dos fatos, assim como a morte de Deus parece algo distante da compreensão popular. Apesar de que podemos observar ainda no contexto social a convivência simultânea de uma habilidade popular no manejo de verdades convenientes, a depender da orientação ideológica que se tem. Recentemente, tivemos na política brasileira uma ilustração dessa convivência simultânea entre a expectativa de verdade e a adoção da narrativa mais alinhada aos interesses de um grupo.

Como de costume nos últimos anos, o debate político brasileiro (seguindo uma tendência global) tem se servido da disseminação de notícias falsas como ferramenta de conquista do apoio popular, uma prática que se espalhou pelos diversos espectros políticos, mas que se consolidou como arma principal da extrema direita, principalmente com as reiteradas referências a valores religiosos como elementos centrais de convencimento. No entanto, num determinado ponto da corrida eleitoral de 2022, o elemento religioso permeou a propaganda não oficial da oposição, que adotou os mesmos critérios religiosos para fazer as suas acusações contra o candidato adversário, ao compartilhar memes, vídeos e imagens que se articulavam em torno de uma narrativa que questiona a sinceridade das vinculações religiosas do então presidente. Tivemos a partir daí eleitores de um grupo político, que até então se mostravam críticos a esse tipo de abordagem, adotando a mesma metodologia dos adversários, sem esconder a aberta ironia contida nos indícios de que sabiam previamente da fragilidade argumentativa de suas afirmações, numa demonstração consciente do uso da suposta verdade dos fatos como uma interpretação marcada pelos valores daqueles que compartilham dos mesmos paradigmas.

Vattimo (2016) começa a discussão do seu livro *Adeus à verdade* justamente usando um evento político (as declarações de Bush e Blair quando justificavam a invasão do Iraque em discursos desprovidos de verdade factual) como ponto de partida de suas análises. Relembrando o pensamento de Heidegger na declaração do fim da metafísica, ele nos diz ainda que “a dissolução da metafísica é também o fim dessa imagem de Deus, a morte de Deus de que Nietzsche falou” (VATTIMO, 2018, p. 31). Se temos como um dos terrenos comuns ao pensamento de Nietzsche e Heidegger a existência de uma oposição à noção de verdade-correspondência, temos também a percepção de que tanto a verdade metafísica quanto a verdade enquanto correspondência possuem uma forte vocação para a violência. Havia em Heidegger a mesma preocupação das vanguardas europeias do começo do século XX, algo expresso no “temor de que a verdade como correspondência (que culminou no Positivismo) prepare (ou determine) o advento de uma sociedade da organização total” (VATTIMO, 2016, p. 11).

Vattimo, verdade e Pensamento Fraco

Partindo do que fora dito em *Crepúsculo dos ídolos* (NIETZSCHE, 2017), Vattimo recorre a Nietzsche para tecer um breve apontamento sobre a verdade na história da filosofia, nos colocando diante do seguinte cenário: em Platão temos a verdade das coisas como algo dependente de ideias originárias, de outra ordem, na qualidade de “essências transcendentais” (VATTIMO, 2016, p. 21) responsáveis por constituir os modelos imutáveis, que serviriam como referências para a realidade e para a sensatez no falar sobre as coisas. O cristianismo, na sua pretensão de posse da verdade, fez questão de colocá-la na dimensão inacessível do além, junto a Deus, sob a promessa da comprovação de sua veracidade com o advento da morte e a entrada do indivíduo nessa suposta dimensão de vida além da vida. Todo o estabelecimento dessa verdade cristã acerca do mundo material e imediato se apoia apenas na boa vontade do fiel que deposita suas esperanças no discurso religioso como referência para a sua interpretação da existência.

“Kant, por sua vez, faz a verdade residir na mente, nas estruturas estáveis com que a razão organiza um mundo de fenômenos dos quais não se sabe, porém, como seja ‘em si mesmo’” (VATTIMO, 2016, p.

21). O positivismo de Comte deposita a esperança da verdade na ideia de um fato verificável e mensurável através do método experimental, todavia este fato passa pelas ações humanas que lhe manipulam, modificam e estabelecem sentidos. “A verdade se identifica, assim, segundo Nietzsche, com aquilo que o homem faz, tecnicamente, do mundo” (VATTIMO, 2016, p. 21), marcada por um contundente subjetivismo incapaz de acessar uma objetividade independente. O que transparece na abordagem nietzschiana, segundo Vattimo, é a existência de “um puro jogo de forças, conflito entre interpretações que não podem apelar a nenhuma norma objetiva para decidir sobre o verdadeiro” (VATTIMO, 2016, p. 22).

Vattimo considera também a leitura de Heidegger sobre Nietzsche a respeito da verdade, nesse sentido nos relembando a concordância de Heidegger em alguns aspectos, porém destacando as suas ressalvas sobre como Nietzsche teria ficado “prisoneiro da ideia de verdade como objetividade” (VATTIMO, 2016, p. 22), porquanto diante da natureza inatingível dessa verdade, teria buscado uma alternativa na teoria do puro choque de forças, destacando aqui a apropriação de uma visão assim empreendida pelo nazismo e fascismo do século XX, mesmo à revelia do intuito original de Nietzsche. Vattimo nos aponta ainda, em sua leitura de Heidegger sobre todo o contexto da verdade, a percepção do “erro metafísico de ter imaginado a verdade como correspondência e o ser como ‘objeto’” (VATTIMO, 2016, p. 22), na confusão estabelecida pela metafísica tradicional entre o ser e o ente. Num arremate final, o filósofo italiano nos diz:

Em outras palavras, se se parte da doutrina platônica das ideias, pela qual a verdade é uma ordem estável dada, à qual o sujeito deve conformar as próprias representações, chega-se necessariamente ao positivismo e ao mundo do domínio tecnológico incondicionado (VATTIMO, 2016, p. 22).

Vattimo destaca também a razão ético-política pela qual Heidegger, uma grande parte do existencialismo do século XX e a corrente filosófica que ficaria conhecida como hermenêutica manifesta rejeição pela ideia de uma verdade reduzida a objetividade, argumentando que a tomada do ser verdadeiro como algo objetivo e calculável findaria por limitar o sentido do próprio ser, na medida em que estaríamos sob

o risco de ter o ser como objeto de correspondência do que a racionalidade social nos impõe, “isto é, sermos partes perfeitas da máquina da produção, do consumo, da reprodução sempre igual” (VATTIMO, 2016, p. 23). Aqui Vattimo resgata a ideia de uma ética industrial de Comte, na qual o comportamento moral teria a sua inspiração no pragmatismo de uma cadeia de montagem, onde cada componente realiza aquilo que se espera dele, exclusivamente considerando o que é melhor para a manutenção do processo produtivo (VATTIMO, 2016).

Vattimo (2016, p. 24 25) apela para a ideia nietzschiana de que não existem fatos nem verdades absolutas, apenas interpretações possíveis, pois acredita que essa tomada de consciência revela a face de muitos autoritarismos materializados nas “pretensões de impor-nos comportamentos com que não concordamos em nome de uma lei natural qualquer, uma essência humana, uma tradição intocável, uma revelação divina” (VATTIMO, 2016, p. 24 25). Neste ponto transparece a sua percepção de que a verdade como abertura oferece algo mais conveniente do que a verdade como correspondência objetiva, posto que a abertura nos concede ainda uma alternativa de resistência ao apelo heterônomo (usando aqui o termo tillichiano em nosso comentário).

É preciso destacar também a compreensão de Vattimo a respeito da hermenêutica, que se expressa no entendimento de que ela ultrapassa as fronteiras de um mero arranjo técnico visando orientar a prática de interpretação de textos. A hermenêutica para Vattimo se encontra atrelada ao pensamento de Heidegger e Gadamer, como uma resposta diante do cenário de crise do pensamento europeu, também da própria razão técnica, principalmente no período pós-guerra. Sob a ressonância das obras dos chamados mestres da suspeita, como Marx, Nietzsche, Freud e Foucault, “a filosofia hermenêutica intenta responder a tal crise por meio da afirmação da possibilidade da verdade advinda da experiência de outras instâncias, como da obra de arte e da historicidade” (SALES, 2015, p. 1586).

Como foi dito na introdução, considerando que para Gadamer “compreender e interpretar são uma e a mesma coisa”, ressaltando também que a interpretação é apenas “a forma de realização da compreensão” (GADAMER, 1999, p. 566), temos tanto o ato interpretativo quanto o ato compreensivo sob a mediação da linguagem. Mais do que

isso, quando temos em mente que a própria experiência existencial humana é baseada no seu esforço compreensivo da existência, é possível entender a importância da hermenêutica não apenas como recurso técnico de interpretação textual, mas como uma disposição que abrange também o caráter interpretativo implicado na própria condição humana. “Com isto, Vattimo advoga que depois da hegemonia estruturalista a hermenêutica melhor responde à exigência historicista advinda da crise do estruturalismo, bem como às demandas da crise da metafísica” (SALES, 2015, p. 1588).

O chamado pensamento forte é aquele que se atrela a uma exigência dedutiva que, no ato de buscar a verdade objetiva, tem sua base em fundamentos metafísicos universais, “ou seja, o modo de pensar que propõe conceber a verdade como consequência final de um processo lógico, em que se concretiza a verdade como valor final e irreduzível” (FURTADO; MIRANDA, 2020, p. 229). As raízes do pensamento forte começam nas interpretações cristãs da metafísica grega e se consolidam na modernidade, com a busca de um fundamento sólido, que concedesse a legitimidade e a autoridade de uma verdade capaz de amparar a possibilidade de todo conhecimento. Depois do golpe sofrido com a morte de Deus, desabou o fundamento da verdade patrocinada pela realidade divina, de modo que a sociedade pós-moderna enxerga o mundo a partir de perspectivas mais fluidas. É o abandono do pensamento forte da modernidade, que caracteriza a contemporaneidade como uma época pós-metafísica, pós-morte de Deus e, dessa forma, pós-moderna.

Se o argumento cartesiano do *cogito* tem em seu tempo a função fundadora de uma verdade capaz de permitir o progresso científico frente ao argumento cético, no conceito de pensamento fraco ou débil, elaborado por Vattimo, temos como base uma hermenêutica que não se dedica a buscar uma verdade última ou previamente estabelecida, mas que se lança ao exercício de uma verdade passível de questionamento diante dos seus horizontes culturais e históricos. A descrença numa verdade objetiva possibilita a ampliação das perspectivas implicadas numa interpretação, bem como a ampliação das demandas provenientes desse processo em seu arranjo social. É sob a égide do pensamento fraco que a pós-modernidade opera, de modo que a caracterização deste pensamento fraco está ligada à conclusão contemporânea de que a

verdade como correspondência objetiva já não tem a mesma relevância (FURTADO; MIRANDA, 2020).

Na perspectiva de que todos os autoritarismos se vinculam de alguma maneira a uma fonte de sentido metafísico, Vattimo se preocupa em pensar também as implicações da acepção de verdade frente ao discurso político. Na sua leitura de Maquiavel, a questão mais importante a se ressaltar não está vinculada ao modo como a adoção de uma perspectiva não metafísica e não ideológica se debruça sobre o tema da verdade, muito menos ao modo como mentiras são justificadas. O seu interesse se dirige ao modo como Maquiavel limita ao príncipe “o direito de decidir quando a mentira se justifica” (VATTIMO, 2016, p. 26). Se não existe a expectativa de uma verdade correspondente, a variedade de interpretações não se configura num problema, o problema em termos políticos é o monopólio da interpretação proposta.

Se depositamos sobre a verdade a condição de um fato interpretativo, assim como todos os outros processos a que estamos sujeitos na apreensão da realidade se amparam na nossa ontológica disposição interpretativa do mundo, para Vattimo, o critério empregado não é a correspondência das nossas afirmações para com uma realidade objetiva, e sim “o consenso sobre os pressupostos de que se parte para avaliar essa correspondência” (VATTIMO, 2016, p. 26). O filósofo considera em sua análise a impossibilidade de se conter toda a verdade quando se trata de uma afirmação a respeito de qualquer coisa, posto que estão em ação sempre as escolhas realizadas no recorte que se faz de uma determinada situação ou ideia que se quer exprimir. As escolhas intrinsecamente ligadas a esse procedimento de recortar e selecionar o viés pelo qual se fará a interpretação estão sempre orientadas no horizonte de determinados interesses do sujeito. Nem mesmo o discurso científico, no auge da sua pretensão à objetividade, está isento do direcionamento dos interesses e motivações do cientista.

Segundo Vattimo (2016), nas épocas em que alcançamos uma coesão social orientada para a verdade, tivemos sempre a marca da imposição autoritária representada pelos que estavam no topo das estruturas do poder. Usando o período barroco como exemplo, ele se refere à autoridade absoluta dos reis, sempre regada pelo maquiavelismo que visa disfarçar o interesse particular dos líderes sob um suposto interesse

pelo bem coletivo. Até mesmo as bases da nossa política atual, marcada pelas grandes tramas de corrupção nas instituições públicas, são ainda, em certa medida, herdeiras das mesmas motivações particulares dessa antiga classe monárquica. A conclusão do seu argumento alega que a verdade, em seu caráter absoluto, entendida como uma categoria depositária de valor de base e pretendendo uma correspondência objetiva com a realidade, finda por representar muito mais uma ameaça e um perigo ao sistema democrático (VATTIMO, 2016, p. 26-27).

Por este caminho facilmente se chega ao ideal de república dos filósofos, como queria Platão, ou dos especialistas, técnicos e dignos. Em alguns casos, temos facilmente o ideal de um Estado pretensiosamente ético, que se crê no direito de “decidir qual seja o verdadeiro bem dos cidadãos, mesmo contra a opinião e as preferências deles”, visto que “lá onde a política busca a verdade não pode existir democracia” (VATTIMO, 2016, p. 26). A democracia carece do conflito de interpretações para que não seja uma ditadura. Como alternativa ao problema da verdade, Vattimo sugere que dentro da perspectiva hermenêutica é possível forjar a verdade da política por intermédio de um ideal de consenso e de amizade civil.

Hermenêutica Radical, religião e democracia

John Caputo é um filósofo americano contemporâneo, ainda pouco conhecido no cenário acadêmico brasileiro, especialmente quando comparado a nomes mais populares como Tillich e Vattimo. Com interesses de pesquisa que abrangem hermenêutica, desconstrução e filosofia da religião, além de algumas incursões pessoais no horizonte da tradição mística apofática, seu pensamento dialoga fortemente com a obra de autores como Martin Heidegger, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e os já mencionados Paul Tillich e Gianni Vattimo. Caputo aborda a hermenêutica por um viés que contempla o histórico da disciplina em suas vinculações com a tradição filosófica alemã, sendo bastante atento aos grandes eventos que alimentaram a discussão em torno do tema no decorrer do século XX. A definição básica que ele coloca em destaque aborda a hermenêutica na qualidade de uma teoria da interpretação, sob forte influência nietzschiana ao propor que tudo é uma questão de interpretação (CAPUTO, 2018).

A desconfiança a respeito da possível concretude dos fatos, ou ao menos da possibilidade de abarcar o fato como evento inequívoco e revelador de uma verdade objetiva, conduz a um entendimento que considera a primazia do processo interpretativo na construção do conhecimento, bem como a complexa relação existente entre esse processo hermenêutico e a sua motivação de ordem filosófica. Tal motivação se dá ancorada na perspectiva que “descreve a natureza da verdade como algo que é adquirido apenas por meio da interpretação” (CAPUTO, 2018, posição 78-80)³. Caputo também não perde de vista a questão do entendimento interpretativo encarado como ferramenta metodológica no contexto das ciências humanas, principalmente a partir da era moderna, com a ascensão das ciências naturais e a necessidade de afirmação das humanidades, na defesa da legitimidade do seu próprio método científico.

Sob o olhar assumidamente pós-moderno, também compreendendo a pós-modernidade como pós-morte de toda fundamentação última, Caputo (2018, p. 8) enxerga a questão em torno da verdade a partir de uma desconstrução da ideia de objetividade pura em favor de um crivo analítico capaz de erigir a devida distinção entre boas e más interpretações. Então chegamos oportunamente ao ponto em que a desconstrução de Derrida se combina à sua perspectiva hermenêutica enquanto Caputo constrói o seu argumento.

A teoria é uma forma de problematização, um modo de indagar sobre o que dizemos e fazemos, acerca do que pensamos que estamos dizendo ou fazendo, se isso é o que de fato está sendo dito ou feito, ou ainda, se algo mais arrastou-se sorrateiramente sobre nós e transformou-a em algo completamente diferente (CAPUTO, 2009, p. 178).

A desconstrução, da forma como ele compreende, trata-se de uma teoria que toma como construções as nossas crenças e práticas sociais, percebendo nessas construções o potencial de serem desconstruídas e igualmente reconstruídas. Uma percepção que culmina na afirmação do

³ Trecho traduzido do original: “Why philosophical? Because hermeneutics is a theory of truth – it describes the nature of truth as something that is acquired only through interpretation – and of being human, because it claims that interpretation lies at the heart of who we are as human beings.” Livro em edição Kindle, posição 78-80, equivalente à página vii.

caráter passível de reinterpretação das nossas crenças e práticas. “Assim, a desconstrução apoia a ideia da reinterpretação sem fim e rejeita a ideia de verdades prontas que caem do céu” (CAPUTO, 2018, p. 9)⁴.

Para Caputo, a hermenêutica e a desconstrução devem andar juntas, pois ele acredita no potencial de complementaridade que existe entre ambas. “Sem desconstrução, a hermenêutica corre o risco de ser ingênua; sem hermenêutica, a desconstrução corre o risco de sair dos trilhos” (CAPUTO, 2018, p. 9)⁵. O processo de radicalização da hermenêutica só pode ser plenamente compreendido a partir do seu vínculo com a desconstrução, posto que é justamente o resultado dessa junção que ganha o nome de *Hermenêutica Radical* (PEÑA, 1991), uma abordagem comprometida com a adoção de um certo estranhamento a respeito das leituras estabelecidas. O questionamento das interpretações tradicionais, a suspeita em relação às suposições e verdades inquestionáveis compõem as características básicas do seu potencial desconstrutor.

Como vimos, a ânsia pela verdade objetiva já revela em si uma implicação religiosa, considerando a vinculação entre o conceito de Deus e a ideia de verdade absoluta, um fator que se torna ainda mais problemático quando se faz explicitamente a apropriação de um enunciado religioso como ferramenta de convencimento político. Podemos tomar como exemplo um dos discursos políticos do Brasil contemporâneo, que se utiliza de um elemento religioso para se legitimar através da adoção de um versículo bíblico que evoca a verdade: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8:32). O efeito discursivo deste slogan faz uma associação direta do político com a religião cristã, promovendo uma captura da verdade através da equivalência pretendida entre a vontade pessoal do político e a interpretação particular que se faz dos dogmas e preceitos do cristianismo.

⁴ Trecho traduzido do original: “For the moment, let’s just say that deconstruction is the theory that all our beliefs and practices are constructions, and that whatever is constructed is de-constructible, and that whatever is de-constructible is also re-constructible, which would mean that all our beliefs and practices are reinterpretable. So, deconstruction backs up the idea of endless reinterpretation and rejects the idea of ready-made truths that drop from the sky. There’s a lot more to it, but that should get us started.”

⁵ Trecho traduzido do original: “My argument here is that each one requires the other. Without deconstruction, hermeneutics risks being naïve; without hermeneutics, deconstruction risks running off the rails. That is why I call this postmodern approach ‘radical hermeneutics’.”

Caputo (2018, p. 10-11) argumenta que a hermenêutica nos fornece a melhor proteção contra as ameaças do totalitarismo na política, também do autoritarismo na dimensão ética e religiosa. Enquanto Vattimo (2016) desconfia que a verdade objetiva presa a um ideal metafísico seja uma ameaça à democracia, Caputo acredita que a liberdade interpretativa da hermenêutica é crucial para a sobrevivência da democracia. Para ele, sem a hermenêutica não haveria sequer a possibilidade de discutirmos do que se trata o regime democrático. Em diferentes perspectivas, os dois filósofos se aproximam de uma importante questão da pós-modernidade: o que fazer quando a religião se torna novamente uma aliada da heterônoma política autoritária, a fim de tecer verdades inquestionáveis que ameaçam a própria democracia e os direitos individuais?

A defesa de uma verdade aberta em interpretações pode suscitar uma certa desconfiança quanto à adesão de um comportamento indiscriminadamente relativista, algo que pode inclusive ser usado para justificar e incentivar narrativas negacionistas ou conspiratórias sobre temas de interesse público, todavia o que se espera defender, segundo Caputo (2018, p. 13), é a afirmação de que existem algumas interpretações que são melhores do que outras. Existem interpretações superficiais e arbitrárias, baseadas em perspectivas limitadas pelo desconhecimento de fatores relevantes para se pensar a questão, assim como existem interpretações que são bem formuladas logicamente e são provenientes de uma análise rigorosa de todos os fatores envolvidos na matéria. Na política, existem interpretações que resultam num estado de mal-estar social por conta das violações de direitos fundamentais do cidadão e existem interpretações que tendem à preservação de um estado de bem comum.

Como se pode ver, sob essa perspectiva os critérios para escolha e avaliação das interpretações não são baseados num valor transcendente ou numa regra sobrenatural que define a veracidade de um posicionamento. O valor de uma interpretação, assim como quase tudo que diz respeito ao humano, não pode ignorar a sua interação com o ambiente imediato de sua existência, não pode buscar legitimidade num plano metafísico quando esta legitimidade extrapola os limites da razão ontológica e propõe uma lei estranha a todas as funções da razão (o cerne da heteronomia em Tillich). É preciso que se considere, em vez disso,

o plano em que se dá a nossa experiência de vida e a dimensão racional em que compreendemos a existência em toda a sua profundidade.

Considerações Finais

Depois de considerarmos a definição de heteronomia, o marco da pós-modernidade no anúncio da morte de Deus e suas consequências filosóficas, depois de nos debruçarmos sobre a problemática da verdade, desembocando na distinção entre o pensamento forte da modernidade e o pensamento fraco, que Vattimo admite ser a tendência do período pós-moderno, após a compreensão da interpretação como dispositivo central da Hermenêutica Radical de Caputo, chegamos ao final do percurso com uma série de ferramentas conceituais interessantes para a análise do atual papel desempenhado pela religião em nossa sociedade. A própria queda do fundamento último, outrora representado por Deus, chega a justificar a banalização do discurso religioso como mera ferramenta retórica para interesses alheios a sua finalidade simbólica original.

A insistência no uso político da verdade metafísica, como forma de subjugar opiniões e adesões filosóficas contrárias, revela uma tendência heterônoma em nosso contexto social, na direção de colonizar a nossa apreensão e configuração da realidade a valores religiosos distorcidos por interesses claramente voltados ao exercício irresponsável do poder político, onde o interesse privado supera o benefício comunitário. A proposta hermenêutica, ao privilegiar a interpretação como mediadora dos fatos, é capaz de esvaziar o poder simbólico da verdade instrumentalizada pelos discursos fundamentalistas da religião e os arroubos autoritários dos políticos.

A religião na pós-modernidade, assim como em qualquer época, merece nossa atenção e respeito, posto que não se pode ignorar a sua ambiguidade, seu potencial construtivo e destrutivo, muito menos a sua intrínseca relação com a forma como nós damos sentido à nossa existência através das narrativas mitológicas, que mais do que nunca precisam ser compreendidas em sua natureza simbólica, com a devida consciência de que as verdades ali contidas não são absolutas, são possibilidades de interpretação dos eventos da vida humana sob a ótica de uma determinada doutrina e da cultura com a qual essa doutrina dialoga, ao mesmo tempo em que refletem a substância de sentido que precede a

razão e se manifesta através dela em seu caráter apreensivo e construtivo da realidade. Talvez seja essa a contribuição mais marcante que uma abordagem pós-moderna da religião possa nos oferecer, a capacidade de conviver com o sagrado e os discursos religiosos, sem perder de vista a sua posição como uma interpretação possível dentre outras milhares de interpretações possíveis para aspectos da existência humana.

Referências

BÍBLIA, N. T. **João**. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2ª Edição revista e atualizada. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

CAPUTO, John D. Após Jacques Derrida vem o Futuro. **Revista de Letras da Universidade Estadual Paulista** - UNESP, São Paulo, v.49, n.2, p.173-179, jul./dez. 2009.

_____. **Hermeneutics: Facts and Interpretation in the Age of Information**. A Pelican book. Ed. Penguin Books, 2018. Edição Kindle.

_____. **Truth: The Search of Wisdom in the Postmodern Age**. London: Penguin Books, 2013.

DINUCCI, Aldo. **Górgias de Leontinos**. São Paulo: Oficina do Livro, 2017.

EAGLETON, Terry. **A morte de Deus na cultura**. Trad. Clóvis Marques. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FURTADO, Arthur V. M. MIRANDA, Luis, U. Gianni Vattimo: a questão do pensamento e a racionalidade hermenêutica. **HYBRIS** - Revista de Filosofia, Vol. 11, nº 1, p. 225-251. 2020.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Paulo Meurer e rev. trad. Ênio Paulo Giachini. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Trad. Paulo César de Souza. 1ª ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Crepúsculo dos ídolos** ou como se filosofa com o martelo. Trad. Paulo César de Souza. 1ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.

PEÑA, Lorenzo. Las Reglas del Juego: consideraciones críticas sobre *Radical Hermeneutics* de John Caputo. Instituto de Filosofia del CSIC. **Pensamiento**, Madrid, nº 187, julio-sept., pp. 313-322, 1991.

SALES, Omar L. P. F. de. A vocação niilista da hermenêutica filosófica de Gianni Vattimo radicada no processo da secularização cristã. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, nº 39, p. 1580-1608, jul./set. de 2015.

TILLICH, Paul. **Teologia da cultura**. Trad. Jaci Maraschin. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

_____. **Teologia Sistemática**. Trad. Getúlio Bertelli e Geraldo Korndörfer. 8ª ed. rev. São Leopoldo: Sinodal, 2019.

_____. **What is religion?** New York: Harper & Row Publishers, 1969.

VATTIMO, Gianni. **Adeus à verdade**. Trad. João Batista Kreuch. Coleção Textos Filosóficos. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. **Crer que se crê: é possível ser cristão apesar da Igreja?** Trad. Klaus Bruschke. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

_____. **Depois da Cristandade: por um cristianismo não religioso**. Trad. Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Submetido em: 31-7-2023

Acceto em: 16-8-2023